

SINÓPSE DA FILOSOFIA DO MEIO AMBIENTE

Contextualização dentro da Filosofia, Principais Problemas e Indicações acerca de Possíveis Soluções

Vicente Rahn Medaglia¹

vicovico@terra.com.br

Julho de 2005

Apresentação

O presente texto trata de apresentar um apanhado geral da Filosofia do Meio Ambiente para pessoas não familiarizadas com a Filosofia Acadêmica; ou seja, é um texto para não-filósofos (acadêmicos), ou para iniciantes na Filosofia. Para tanto, procurei utilizar os conceitos de forma acessível, dentro da perspectiva de que todo discurso filosófico é inteligível se apresentado sem o uso do vocabulário intrincado que caracteriza a Filosofia Acadêmica (cuja utilização se deve muitas vezes ao propósito de ocultar conhecimento, restringindo-o a um seletivo grupo de iniciados).

Para que essa empresa se realize, primeiro será apresentada uma Contextualização, ou seja, será dito qual o conceito de Filosofia aqui utilizado, de que ela se compõe e como ela está presente na vida do homem de hoje. Depois disso serão apresentados os principais problemas da Filosofia do Meio Ambiente (relacionados, decerto, ao conceito de Filosofia apresentado na primeira seção). Por último, serão indicadas algumas possíveis soluções para os problemas apresentados.

Deve-se ter em mente que esse texto não é mais que uma breve introdução ao tema. Em se querendo aprofundamento nas questões, consulte-se a bibliografia comentada apresentada no final.

Contextualização dentro da Filosofia

O conceito de Filosofia utilizado aqui será o de “discurso racional acerca dos pressupostos de outros discursos”, quaisquer que sejam. Nesse sentido, podemos falar de uma Filosofia da Matemática, da Computação, da Ciência em Geral, da Ética, da Política, da Estética, etc. Apesar de ter que levar em conta os enunciados dos discursos que são o seu objeto, a filosofia não se confunde com esses. Os enunciados filosóficos são, pois, os que estabelecem os pressupostos sobre os quais os dos discursos analisados se sustentam. A proposição de que o fundamento da existência é a matéria, por exemplo, não é provada por nenhum experimento científico, físico, particularmente. Pelo contrário, ela é pressuposta pelos experimentos e pelas hipóteses que constituem o discurso da Física.

Divide-se usualmente a Filosofia em três campos distintos: **primeiro**, aquela que se ocupa dos discursos sobre **o que é**. Desse ramo da Filosofia, destacam-se, principalmente, a **Metafísica** e a **Teoria do Conhecimento**, dentro dessa última a Filosofia da Ciência e aí a de todas demais ciências particulares. A esse conjunto costuma-se atribuir o nome de “Filosofia Teórica”. Não no sentido que haja alguma Filosofia que não seja uma teoria, mas

¹ Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

no de que o seu objeto é a própria Teoria (que vêm do grego, *theoría*, que significa observação, contemplação). Como sinônimo a “Filosofia Teórica” poderíamos falar “Teoria acerca da Teoria”. **Segundo**, a Filosofia que se ocupa dos discursos sobre **o que deve ser**. Aqui, destaca-se principalmente a **Ética**, e, dentro dela, a Política. O objeto desse ramo da Filosofia é **a ação humana**, e ele procura estabelecer **como** os humanos devem agir e, ainda mais importante, estabelecer **por que** os humanos devem agir de tal modo. Com essa distinção (de um lado, o “como”, de outro o “por que”), convencionou-se (no século XX) fazer a distinção entre **Moral** e **Ética**, sendo a primeira o discurso sobre como se deve agir (i.e., as regras da ação) e a segunda o discurso acerca de por que se deve agir assim (i.e., a justificação das regras da ação). (Etimologicamente, esses termos tem o mesmo significado: “costume”; um vem do latim, *mors*, e o outro do grego, *éthos*.) A esse campo da Filosofia, costuma-se atribuir o nome de Filosofia Prática, que poderíamos chamar também de “Teoria acerca da Ação” (do grego *práxis*, “ação”). E por **terceiro**, temos a parte da Filosofia que trata do **sentimento de beleza**, que é o que se chama de **Estética**. De fato, esse sentimento não é possível de análise por nenhum dos discursos anteriores, na Filosofia Teórica nem da Prática. Aqui poderíamos incluir ainda o sentimento **religioso**. Esses dois sentimentos se situam no âmbito puramente subjetivo, não sendo, portanto, comunicáveis. Esse último é o campo mais obscuro da Filosofia, justamente pelo seu caráter privado. Dada a dificuldade de se estabelecer com precisão esse campo, vamos nos contentar com as definições já dadas.

Em suma, pode-se estabelecer que a principal questão que a Filosofia se propõe a responder é a “**por que**”: por que as coisas são como são? (Filosofia Teórica), por que devemos agir de uma certa maneira? (Filosofia Prática), por que sentimos a beleza de tal ou outro modo? (Estética). É claro que essa definição e as divisões oferecidas não são consenso; mas, de certo, também, elas podem ser assumidas, ao menos em suas linhas gerais, por muitos filósofos.

É importante notar que existe uma prevalência do discurso da Filosofia Teórica sobre o da Filosofia Prática (assim como, de certa forma, sobre o da Estética). A justificação última de como devemos agir deve passar necessariamente sobre uma resposta de como o mundo é. Peguemos o exemplo do Dogma da Igreja Católica. Só fica justificada a Ética do amor ao próximo pela crença na existência de um Julgamento Final quando todas as pessoas ressuscitarão e serão mandadas em carne e osso para o Inferno, Purgatório ou Paraíso. Ou seja, a crença em uma vida eterna. A posição contrária, a de um hedonismo egoísta, necessita igualmente de uma crença sobre como o mundo é que justifique sua ação. Acreditando que a existência se resume a uma só vida nesse mundo e desacreditando que haja qualquer realidade que estabeleça a necessidade de incluir o respeito a outros seres no planejamento da própria ação, o hedonista egoísta infere que ele deve agir da maneira que lhe traga mais prazer, independente das conseqüência de suas ações para outros seres.

Há quem pense que a Filosofia não tem relação nenhuma com a vida ordinária dos seres humanos, sendo, na verdade, uma ocupação para desocupados. Essa concepção é, no entanto, ingênua. De fato, todo o enunciado formulado está repleto de Filosofia, no sentido de possuir seus pressupostos. Assim, também, toda ação traz consigo tanto pressupostos éticos quanto metafísicos (conforme mostrado acima), e quem se recusa a aceitar isso, seja por ceticismo, ignorância ou preguiça, não faz mais que agir sobre pressupostos inconscientes para si, ou seja, pressupostos que ele mesmo não escolheu. (Disso se infere a

necessidade de que haja um ensino **sério** de Filosofia nas escolas, coisa que, na esmagadora maioria dos casos, não existe. Por falta de discernimento dos governantes, ou, o que é mais provável, pelo interesse em que as mentes permaneçam subservientes.)

Um argumento forte que mostra ser toda ação dependente de uma concepção filosófica encontra-se na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, escrita no século IV a.C. O argumento é o seguinte: toda ação possui um objetivo, ou seja, um fim. Nada é feito sem que haja um objetivo, pois a ação é definida pelo fim. Por exemplo, se se pergunta: “o que estás fazendo?”, e se responde “cortando a grama”, o fim da ação é precisamente cortar a grama. Além disso, o fim da ação é sempre tomado como um **bem** (não absoluto, mas relativo ao sujeito, ou seja, é um bem subjetivo, não objetivo. É claro que algo que é tomado como bom pode vir a não ser, de fato, bom.). Ninguém faz nada por achar que isso será mau para si, sempre o contrário. (O suposto contra-exemplo do masoquista não faz mais que corroborar essa afirmação: sofrer é, para ele, bom.). Agora, os fins das ações de cada sujeito não são dispersas e sem orientação nenhuma em sua vida. Pelo contrário, elas são todas bem organizadas. Isso pois o fim de uma ação pode ser um meio para que se chegar a um outro fim, e no mais das vezes o é. Assim, no exemplo acima, pode-se dar continuidade ao diálogo: “e por que cortas a grama?”, responder-se-á algo do tipo “pois sou pago para isso”; “e por que queres ser pago?”, “pois assim obtenho dinheiro”, “e por que queres dinheiro?”, “pois com ele posso fazer muitas coisas”, “que coisas são essas?”, “comer, pagar minhas contas, dar presentes aos meus filhos, etc”, e assim, por diante. Ou seja, uma a finalidade de uma ação é um meio para outra. E o próprio bem da primeira é função do bem da ação para o qual ela é o meio, ou seja, cortar grama só é feito (= é considerado bom) por que ganhar dinheiro é considerado bom. O bem de uma ação é, portanto, algo transitivo: ele vai transmitindo-se pela cadeia das finalidades. Essa cadeia, no entanto, não pode ser infinita, pois se fosse, não haveria motivo nenhum para se fazer algo: o bem deve provir de algum lugar. Se todo o bem for relativo, não existe bem nenhum. Esse argumento é exemplificado pela figura abaixo:

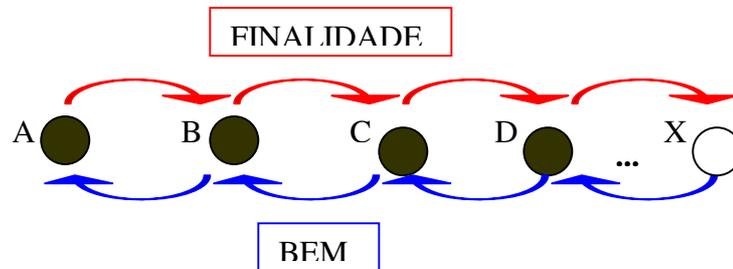


Fig. 1: Diagrama do Argumento da *Ética a Nicômaco*: As circunferências são ações, as linhas vermelhas a sua finalidade e as azuis o bem de cada ação. A ação A é feita tendo em vistas B, ou seja, A é um meio para se chegar a B. É pelo fato de B ser considerado um bem que A é feito, ou seja, o bem de B é transmitido para A. E assim com as demais ações. Se não houver um X que seja a fonte do bem, ou seja, algo que é buscado por si mesmo, sem ser meio para nada mais, então, não haveria o bem.

É importante reafirmar que não se está dizendo aqui que haja um bem que todos devem aceitar, ou seja, um bem objetivo. O bem final que se diz ser necessário não precisa ser objetivo, ele bem pode ser subjetivo, mas precisa existir, para que as ações do sujeito façam algum sentido, ou melhor, que tenham um sentido. O bem que transmite sua bondade para os outros é, então, o fim final do sujeito. O nome desse fim deve já estar claro: é a **Felicidade**. Todo sujeito age tendo em vistas a sua felicidade, seja ela o que for! Essa é a conclusão forte a que o argumento nos conduz. Ela pode parecer óbvia, mas sozinha já é suficiente para refutar o cético, ignorante ou preguiçoso que diz não haver Filosofia em sua vida. E essa refutação é bastante simples: “felicidade” é um conceito e, como tal, pode ser definido (mesmo que a maioria de nós nunca o faça). Sendo definível, ele jaz sobre pressupostos, e esses só podem ser filosóficos. Como todos agem, todos possuem um conceito de felicidade. Nesse sentido, todo ser racional é, bom ou mau, um filósofo.

Essas conclusões podem parecer falsas, ou mesmo ingênuas. Dizer que todas as pessoas do mundo agem de acordo com um conceito de felicidade é, no mínimo, desconhecer a realidade. Se se fizer uma enquête sobre quantos brasileiros, por exemplo, já pararam para tentar definir o seu conceito de felicidade, o resultados possivelmente não passaria de algo em torno dos 50%, provavelmente ficando em menos de 20%. (As causas disso não serão analisadas aqui, mas isso certamente passa pela recusa das instituições competentes – ministérios e secretarias de educação, legislativos, universidades, escolas, etc. – em dar uma educação filosófica para o povo.) Esses dados, no entanto, não negam de forma alguma que as pessoas não ajam em vistas a uma noção de felicidade. O que ocorre é que esse conceito não é bem definido, tampouco consciente, mas mesmo assim não deixa de estar presente. Se se perguntar, nessa enquête, por que as pessoas trabalham, estudam, compram, vendem, etc., muitas das respostas vão ser do tipo “porque quero subir na vida”, “porque quero ser bem sucedido”, “porque quero me dar bem”, dentre outras. Em todas essas respostas, transparece a presença do conceito de felicidade.

Ocorre que, em nossa sociedade (e por “nossa” entendo todo o ocidente que é hoje globalizado), e isto é algo que considero ser muito triste, o conceito de felicidade da maioria da população é manejado, principalmente pela grande mídia, para que corresponda aos interesses de uma minoria (que de fato compartilha desse conceito). E essa minoria são os muitos ricos, aqueles que detêm grande parte do capital do mundo e que dominam os meios de produção. Assim, a felicidade é identificada com a posse material, com *status* social e com poder político. Isso é facilmente constatável em se analisando criticamente a publicidade veiculada nos principais meios de comunicação, em especial a televisão.

De um jeito ou de outro, o conceito de felicidade determina toda a escala de valores através da qual o sujeito irá orientar a sua ação. Cada ação será realizada tendo em vistas chegar ao estado que se considera ser a felicidade.

Uma das principais questões da Ética, se não a principal, é determinar como o Outro deve ser considerado na determinação do comportamento. Devo levar em conta outros seres que não eu em minhas escolhas? Ou, pelo contrário, como diz o ditado, “cada um por si e Deus por todos”? Pode a preocupação com outros seres fazer parte de minha felicidade? Existe **algo** que me constranja a levar outros seres em consideração quando escolho o que vou fazer? Ou, ainda mais forte, existe algo que obrigue **todos** os agentes a levar em consideração outros seres quando determinam suas ações? Essa última pergunta é, propriamente, o inquérito acerca da existência ou não de princípios éticos objetivos. A isso se dedicaram inúmeros filósofos que forjaram, por sua vez, inúmeras respostas a essa

questão. Não se chegou, no entanto, a consenso algum nos milhares de anos em que a humanidade enfrenta essas questões. Cabe lembrar que uma resposta a essa questão deve ser derivada da resposta a outro tipo de inquérito, a saber, o sobre como o mundo, em seus traços essenciais, se constitui: a Ética é tributária da Metafísica (mesmo no caso de se assumir a inexistência ou irrelevância do inquérito metafísico). Adiante tratar-se-á de identificar algumas das possíveis respostas a essa questão.

Depois de termos traçado um quadro geral do que seja a Filosofia e de uma das maneiras pela qual ela se faz presente na vida de todas pessoas (a saber, pelo fato de serem eles agentes), passaremos a análise de como o Meio Ambiente entra nessas questões.

Principais Problemas da Filosofia do Meio Ambiente

Em primeiro lugar, permitam-me apresentar-lhes a Filosofia do Meio Ambiente. A forma como ela apresenta-se hoje é exclusiva de nossos dias. Nunca antes a Filosofia ocupou-se em pensar o Meio Ambiente como o fez no século XX, especialmente em sua segunda metade. E isso, obviamente, não se dá de graça. A Filosofia do Meio Ambiente, tendo ganhado relevância na segunda metade do século XX, nasce juntamente ao movimento ambientalista. Foi só quando a tese de que vivemos uma **crise ambiental** ganhou força é que começou-se a pensar o Meio Ambiente no sentido que o pensamos hoje: como o conjunto de fatores bióticos e abióticos que propiciam a vida no planeta. Foi quando parte da humanidade deu-se conta de que a própria ação humana estava pondo o equilíbrio ecológico do planeta em risco que começou-se a trabalhar para reverter essa crise. E a Filosofia do Meio Ambiente faz parte dessa luta. Nesse sentido, ela poderia ser chamada de Filosofia da Crise do Meio Ambiente, ou Filosofia da Conservação (tomando a nomenclatura da Biologia da Conservação).

Isso não quer dizer que antes da segunda metade do século XX ninguém se desse conta da gravidade da questão ambiental. Existiram, de certo, alguns precursores, entre eles Karl Marx, George Perkins Marsh e Aldo Leopold. O que se afirma é que a questão ambiental não era considerada um problema pelo resto da sociedade, coisa que o é hoje em dia. Em decorrência disso, hoje existe um contingente de filósofos que se dedicam a pensar o problema em sua dimensão filosófica.

De outro lado, o conceito de “natureza” está presente na Filosofia há muito tempo. Na tradição ocidental, por exemplo, os primeiros filósofos são chamados “os físicos” (do grego *phýsis*, “natureza”). Isso por dedicarem-se eles a perscrutar a Natureza em busca de seus princípios primeiros. E esse termo repetiu-se com frequência em toda a História da Filosofia. Ocorre, no entanto, que o sentido dado ao conceito “Natureza” não é o mesmo de “Meio Ambiente”. A Filosofia do Meio Ambiente não é o mesmo que a Filosofia da Natureza. Particularmente pelo fato de não se tratar a “Natureza” no sentido de condição material da existência biótica.

A Filosofia do Meio Ambiente, em sendo Filosofia, deve encarar os três campos descritos acima: o da Filosofia Teórica, o da Filosofia Prática e o da Estética. Sobre os três ela tem algo a dizer. Como já foi dito, não se pode formular uma teoria de Filosofia Prática sem responder a algumas questões da Filosofia Teórica. Ora, é certo que a principal questão (ao menos a mais imediata) da Filosofia do Meio Ambiente é uma questão Ética: “como

devemos **agir** em relação ao Meio Ambiente?”. Por conseguinte, ela deve responder a certas questões de Filosofia Teórica; de metafísica, particularmente.

A primeira delas é a questão sobre a relação entre a humanidade e o restante da Natureza. Existe alguma superioridade ontológica, essencial dos humanos sobre os demais seres (como postula a Igreja Católica)? Ou a dominação que ora presenciamos é algo contingente (ou seja, não precisaria existir)? Uma outra questão é a de por em dúvida o dogma existente hoje em dia de que é **destino** da humanidade dominar a Natureza (dogma incutido na mentalidade coletiva pelo Catolicismo e ratificado pela sociedade industrial). A resposta a essas questões e diversas outras é necessária para que se justifique um modelo de ação que tenha o Meio Ambiente como objeto (mesmo que indireto). Como visto acima, toda Teoria Ética é subsidiária de um conceito de Felicidade (essa tese não é consenso entre os filósofos, mas aceita por muitíssimos). Dessa forma, é necessário que se estabeleça de que maneira o Meio Ambiente pode estar presente em um tal conceito.

Esses conceitos vamos ver como aparecem em se analisando um caso que ficou conhecido por boa parte da população como um crime ambiental: a Hidrelétrica de Barra Grande, situada no Rio Pelotas, divisa com o estado de Santa Catarina. Mais de 5.000 ha de mata nativa estão, hoje que escrevo, seriamente ameaçados de serem sacrificados em nome de geração de energia. Essa mata teria um potencial de serviços ambientais, como captação de CO₂, regulação do clima, regulação dos ciclos hidrológicos, etc. que estará perdido para sempre. Uma consequência da geração de energia por hidrelétricas é a dilapidação dos ecossistemas naturais, particularmente aquáticos. Imagine-se o que ocorre com o ecossistema de um rio ou riacho (no caso das pequenas centrais hidrelétricas) que vêm se desenvolvendo como rio por milhões de anos e, abruptamente, vira um lago? Certamente, toda a teia alimentar desse ecossistema se modificará.

Para a construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, foi feito, como manda a lei, um Estudo de Impacto Ambiental. O EIA foi feito por uma empresa, Engevix, que, “surpreendentemente”, mentiu sobre a composição vegetal da área será submersa pela barragem. No EIA foi dito que a área comportava somente capoeiras e capoeirões, estágios de sucessão ecológica que não são protegidos por lei. Ocorre, no entanto que, de fato, metade da área é composta por vegetação, primária, ou seja, que nunca foi derrubada pelo homem, ou áreas que estão em estado avançado de regeneração. Essas duas últimas formações são protegidas por lei. O IBAMA, órgão responsável por vistoriar o estudo e ver se ele é correto, não apurou essas irregularidades e hoje a obra está praticamente finalizada, só faltando encher o lago que irá, decerto, extinguir mais algumas espécies de fauna e flora.

O Ministério de Minas e Energia comemora essa mega-hidrelétrica como mais uma obra que irá acelerar o crescimento econômico do país. De fato, a construção dessa hidrelétrica (como todas demais) só foi possibilitada pela alegação, por parte do poder público, de que ela é de “interesse público”.

Esse exemplo nos supre de elementos suficientes para que tenhamos uma idéia de que forma os conceitos filosóficos apresentados acima aplicam-se. Em primeiro lugar, tentemos identificar a cadeia de ações que aí está envolvida. Tal qual a apresentada no diagrama. Essa cadeia é estabelecida simplesmente perguntando-se o porquê de cada ação. Então, começando pelo fato

“foi construída uma usina hidrelétrica que irá inundar uma grande floresta”.

Por quê?

“Pois se considera que a energia elétrica gerada é importante”.

Por quê?

“Pois com energia elétrica a economia do país pode crescer, e o crescimento econômico é algo importante”.

Por quê?

“Por que crescendo a economia, o país tem mais dinheiro, e ter dinheiro é importante”

Por quê?

“Por que dinheiro traz felicidade”.

Em se chegando nesse ponto, não cabe mais perguntar o por quê. Não faz sentido perguntar por que se quer ser feliz. O que se pode, sim, perguntar, é **o que é** a felicidade, já que é isso que determina toda a escala de valores. Em se assumindo que o dinheiro traz felicidade, fica então justificada a ação da construção de barragem.

Passemos então, à crítica do modelo de felicidade que está presente na cadeia de justificações apresentada logo acima. Em primeiro lugar, cabe notar que é consequência direta da construção da barragem a inundação de 5.000 ha de mata atlântica considerados como área prioritária para conservação pelo Ministério do Meio Ambiente. Assim, seja qual for a justificativa dada ao empreendimento, ela deve contemplar esse fato. Adiante, perguntemos (numa pergunta factual, não filosófica) quem é que ganha dinheiro com esse empreendimento. Pode-se considerar que são os trabalhadores da obra, mas o dinheiro que eles ganham é pouco. Quem de fato ganha dinheiro com ela são os acionistas, já que ela é um empreendimento totalmente privado. Poder-se-ia dizer que isso representa somente a contraparte da geração de energia, que é considerada igualmente um bem que contribui para a felicidade dos cidadãos que terão energia em suas casas. Mas isso tampouco é o caso, já que a hidrelétrica foi construída por grupos industriais de produtos eletro-intensivos, como alumínio (da Alcoa – Aluminium Company of America – com metade das ações do empreendimento), cimento e celulose (da Votorantin, também acionista), entre outros grupos. Essa hidrelétrica se coloca em um contexto de auto-geração, ou seja, já que os produtos dessas fábricas necessitam de muita energia (e são muito rentáveis), é uma negócio para esses grupos construírem suas próprias hidrelétricas.

Colocados esses fatos, a justificação ética da obra já fica mais complicada, já que, para tanto, o sistema de valores assumido deveria considerar lícito sacrificar um bem público (o meio ambiente) em nome de um bem privado (o lucro de algumas megacorporações multinacionais). A meu ver, isso só seria factível se se assumisse que o correto é que quem pode mais (=quem possui mais poder) use dos meios que considerar cabíveis para perseguir os seus interesses. Como denominaríamos essa posição? Talvez “cratocentrismo” (do grego *krátos*, “força”), ou “crematocentrismo” (do grego *chrémata*, “dinheiro”). É certo que a **Constituição** brasileira rejeitaria uma tal concepção, mas, infelizmente, é essa a que se faz valer nos nossos tristes dias. Isso seria, mais ou menos, uma ética baseada na “lei das selvas”, o mais forte ganha. É certo, no entanto, que isso é renunciar ao projeto racional de ação. Isso seria uma pré-ética. É importante notar, como foi visto na seção anterior, que a justificação ética é um mecanismo formal de argumento:

[α] “X pode ser feito pois contribui para Y, o que é algo bom (em si mesmo)”,
ou ainda

[β] “X pode ser feito pois contribui para que a felicidade, que é Y, seja atingida”.

No caso da Hidrelétrica, **pode-se dizer** (com razão), que (segundo o modelo [α])

“A sua construção (X) pode ser feita pois contribui para que os mais poderosos lucrem mais (Y), o que é algo bom”.

Note-se, no entanto, que a barragem **só é justificável** se se considerar como algo bom (em si mesmo) o lucro dos mais poderosos. Caso isso seja negado como constituindo algo bom em si, **a construção da barragem fica injustificada**. No modelo [β], outras dimensões do problema se nos apresentarão:

“A construção da barragem (X) pode ser feita pois contribui para que a felicidade, que é a acumulação de capital por parte dos mais poderosos (Y), seja atingida”

Assim como acima, a construção da barragem só fica justificada em se assumindo que a acumulação de capital por parte dos mais poderosos seja a felicidade. Caso contrário, não. Aqui entra em cena uma dimensão fundamental da investigação ética. Se, de um lado, é a felicidade aquilo que move todos os agentes racionais a realizarem suas ações, será necessário levar em conta a felicidade de um outro ser ao considerar o que se deve fazer? Em outras palavras, na formulação do modelo [β], de quem é a felicidade considerada?

Aqui, também, temos uma enorme diversidade de opções possíveis de serem assumidas. Em primeiro lugar, temos a opção do “egocentrismo”, consoante com o “cratocentrismo” e com o “crematocentrismo” apresentados acima. Essa posição diz que devemos levar em conta somente a própria felicidade quando pensamos como agir. (Essa é, também, a concepção mais **praticada** hoje em dia.) Se um empreendimento que eu faço construir vai lesar a vida de milhões de pessoas (principalmente em se considerando futuras gerações), tudo bem, desde que a minha conta bancária se beneficie.

Podemos, com razão, identificar esses “-centrismos” (crato-, cremato- e ego-) apresentados como uma importante dimensão do problema ambiental: é, em grande parte, por causa da ganância de alguns (muitos) que o Meio Ambiente está tão criticamente ameaçado. Que alternativas a isso podemos, então, pensar para que essa situação cada vez mais extrema possa se resolver algum dia? É isso que vamos buscar analisar na próxima seção.

Indicações acerca de possíveis soluções

Existem, de fato, tantas soluções quantos filósofos se dedicarem a pensar essas questões, entendendo como filósofo não só os profissionais, mas todo aquele que se intriga com a dificuldade dessas questões, tenta compreendê-las melhor e, por fim, tentar resolvê-las.

Em primeiro lugar, e mais importante de tudo, é estabelecer o que é que precisamos defender. De início, isso vem a ser identificar um conceito de felicidade a servir de motivo de ação para os agentes morais (= seres humanos moralmente capazes). A seguir, de acordo

com o argumento apresentado acima, passa-se à consideração acerca de que valor o Outro (como se costuma designar tudo aquilo que deve ser considerado moralmente que não é o próprio “eu”), ou seja, considerar que tipo de limite o Outro representa para a minha ação. (Esse último ponto é a substancialização de um sistema de valores.) Esse ordenamento é apresentado desde o ponto de vista subjetivo, do sujeito que irá escolher a sua linha de conduta. Esse é, no fim das contas, o ponto de vista que interessa, já que se está tratando de um problema ético existente, prático, não só teórico: Ética Aplicada. À questão da felicidade, no entanto, é muito mais difícil dar-se uma resposta positiva (principalmente no tocante à aceitação por parte de alguém de um conceito tão essencial ditado por outro). Não abordarei essa questão nesse texto, portanto. A seguir, oferecerei alguns sistemas de valores alternativos aos do cratocentrismo e do crematocentrismo. São eles, o “antropocentrismo”, “zoocentrismo”, “biocentrismo” (e uma crítica e esse último: “ecocentrismo”).

Hoje é comum acusar alguém ou alguma teoria de “**antropocêntrica**”. De fato, entre os “intelectuais alternativos”, essa é uma acusação pesada, repleta de sentido pejorativo. Analisemos, no entanto, o que seria o antropocentrismo, ou seja, qual o significado desse conceito. Primeiro, etimologicamente: *ánthropos*, significa “humano”, “homem” (no sentido que abarca os dois gêneros, como o alemão *mensch*). Isso significa que uma teoria antropocêntrica seria aquela que coloca o humano como centro do valor: algo é bom se o é para o humano, e assim, também, sendo ruim. Agora, em se considerando “humano” como toda a humanidade, a conotação pejorativa vai perdendo sua força. Consideremos Barra Grande. É uma ação que irá prejudicar milhões de pessoas no decorrer das gerações. E irá beneficiar um número bastante reduzido delas, se comparado ao primeiro. Não é uma ação antropocêntrica, ela não leva em consideração os humanos, em geral. Sim, alguns poucos. Se se fosse agir de maneira antropocêntrica, seria considerado que a imensa floresta que está sendo inundada beneficiou e beneficia milhões de pessoas com o equilíbrio biológico nela estabelecido, equilíbrio climático, disponibilidade de biodiversidade para uso humano (plantas medicinais, madeiras, animais, etc.), lazer, esportes, contemplação, beleza, etc. E que esses serviços serão perdidos para sempre se a floresta desaparecer sob um lago. Assim, se a ação fosse antropocêntrica, não haveria um tal crime ambiental. Ouso dizer, se a humanidade fosse antropocêntrica em suas ações, não teríamos a imensa maioria dos problemas que hoje temos.

O antropocentrismo é, no entanto, reconhecido nas constituições da maioria dos países ocidentais (ou seja, quase todos do mundo, senão todos). Graças ao imenso alcance das teorias iluministas. E uma dessas teorias é a de que os humanos, cada um deles, é um fim em si mesmo, ou seja, não pode ser usado como um meio por outro humano para se atingir um fim qualquer. Os humanos possuem direitos, e esse estatuto diferenciado é justificado por serem eles considerados como portadores de **valor intrínseco** (o que é uma resposta à pergunta do que é o mundo, uma questão de metafísica). Uma pessoa humana é algo valioso pelo simples fato de existir, não como um maço de dinheiro que não possui valor numa ilha deserta (= **valor instrumental**).

Existe uma corrente filosófica que é identificada pelo termo “Direito dos Animais”. Podemos chamá-la de **zoocentrismo**. Ela consiste em procurar atribuir a certos animais o mesmo estatuto dos humanos, a saber, o de ser portador de **valor intrínseco**. Isso faria com que tivéssemos obrigações não só para com os humanos, mas também para com certos animais (primatas antropóides, cetáceos, etc.). O principal argumento utilizado nessa visão

de mundo é o de que existe comprovação científica de que certos animais possuem consciência de si próprios. Além disso é amplamente discutido o fato de que os animais possuem uma sensibilidade biologicamente tão desenvolvida quanto a nossa, e, pelo fato de eles sofrerem, isso implicaria que eles devem ser levados em conta em nossas deliberações morais.

Costuma-se fazer apelo a uma terceira posição, chamada “**biocentrismo**”. Se ela for entendida no sentido das duas anteriores, a saber, no de que todos seres vivos possuem valor intrínseco, ela é um contra-senso. Pois ela diria que, em não se podendo matar nenhum ser que possui valor intrínseco, não se pode matar nenhum ser vivo. Não matando nenhum ser vivo, nós nada comeríamos e, *a fortiori*, nos mataríamos, matando, então, por fim, um ser vivo. Muito diferente é considerar um **ecocentrismo**, que reconhece valor (não valor intrínseco absoluto como os acima) nos processos ecológicos, e que eles se seguem num constante fluxo de transformação de valores. Num ecocentrismo, pode-se considerar uma hierarquia de valores, sendo os mais elevados mais dignos de valor do que os menos elevados.

Existem, é certo, outras formas de se tratar o problema. Essas que indiquei são apenas as mais evidentes. Além disso, cada uma delas deve ser desenvolvida até o ponto em que possa tratar adequadamente as questões a que se propõe.

Conclusão

Mesmo querendo, não podemos nos furtar de fazer Filosofia. E a reflexão acerca do Meio Ambiente não constitui exceção em nenhum sentido. Pelo contrário, é de fundamental importância que realizemos nossas ações sobre uma base filosófica na qual podemos defender racionalmente nossas ações. Uma tal atitude faz parte do antigo projeto humano de estabelecer uma conduta na base da argumentação, do diálogo, portanto, e não da força bruta (seja física, econômica ou política). É triste, no entanto, que em todos esses milhares de anos de civilização humana sobre a Terra, ainda não tenhamos atingido um tal grau, constituindo, de fato, a regra, a coerção por meio da força.

Principalmente no que concerne à esfera pública – a Política – é necessário que as ações tomem uma orientação racional, e que sejam mediadas por concepções filosóficas substancializadas – leis. Mais importante, no entanto, para que haja a possibilidade de uma vida sem injustiças e sofrimentos desnecessários, é que cada um, em sua própria consciência, tenha claro os seus princípios e que aja de acordo com eles. Só assim, com as pessoas recusando-se a serem subservientes, é que podemos, enfim estabelecer uma sociedade de homens livres.

Bibliografia Comentada

- A. Introdução à Filosofia do Meio Ambiente
 - 1. LARRÈRE, Catherine & LARRÈRE, Raphaël *Do bom uso da natureza*, Lisboa, Instituto Piaget: _____.
- B. Zoocentrismo

C. Ecocentrismo